



# PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL POR ALUNOS UNIVERSITÁRIOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

## PERCEPTIONS ABOUT SEXUAL VIOLENCE BY COLLEGE PHYSICAL EDUCATION STUDENTS

\*Alexandre Ferreira Lapa Polac

### RESUMO

O presente texto teve como objetivo analisar a percepção sobre violência em alunos de dois cursos de Educação Física, em especial a violência sexual, bem como outras formas de ações violentas em diversos contextos. Foi passado um questionário para 82 pessoas, de ambos os sexos, composto de questões abertas e fechadas. Sete casos de violência sexual foram relatados, sendo que nenhum deles ocorreu no contexto das práticas corporais. De acordo com os dados, as pessoas mais expostas à violência tenderam a sentir mais vergonha e medo de exporem seu corpo. Outras passaram a aceitar o ato de violência sofrido contra o seu corpo como parte do contexto esportivo, não tomando ações para a diminuição da incidência, entendendo-o como elemento natural do contexto em questão. Ao mesmo tempo em que ambientes esportivos refletem as tendências gerais de violência na sociedade, a incidência é menor do que em outros contextos.

**Palavras-chave:** Violência; Violência Sexual; Violência no Esporte; Práticas Corporais.

### ABSTRACT

The present text had as objective to analyze the perception about violence in students of two Physical Education colleges, in particular the sexual violence, as well as other forms of violent actions in different contexts. It was passed a questionnaire for 82 people, of both genders, comprised of open and closed questions. Seven cases of sexual violence were reported, but none occurred in the context of body practice. According to the data, people more exposed to violence tended to feel more shame and fear of exposing their body. Others started to accept the act of violence suffered against their body as part of the sporting context, not taking actions to decrease the incidence, understanding it as a natural element of the context in question. At the same time that sporting environments reflect as general tendencies of violence in society, the incidence is lower than in other contexts.

**Keywords:** Violence; Sexual Violence; Violence on Sport; Body Practice.

Recebido em: 20/01/2017  
Aprovado em: 06/02/2017

\*Universidade de São Paulo, São Paulo, SP  
Email: alefpolac@gmail.com



## INTRODUÇÃO

A violência, como a conhecemos, manifesta-se desde os primórdios da humanidade e apresenta diversas facetas e modos de atuação. A *Ilíada* e o Pentateuco narram esse fenômeno repetidas vezes, em forma de guerra, fratricídio, estupro, entre outros, evidenciando a distância temporal deste fenômeno. Entretanto, o entendimento desses atos como violência vem se dando historicamente, a partir da legitimação de alguns direitos e da conscientização de alguns como sujeitos de direito, entre outras questões que surgiram e se excluíram da nossa sociedade.

A compreensão da violência como um dever dificulta uma classificação definitiva dos modos de atuação da violência, o que nos direciona a compreensão do fenômeno violência, definido por Araújo (2002) como uma violação do direito de liberdade, como capacidade e direito fundamental do ser humano, ou do direito de ser sujeito constituinte da própria história. Aqui, violência ultrapassa um ato dito como violento; se dá onde nem é percebida. Ela se manifesta no cotidiano, invisivelmente, na desigualdade legitimada pelo sistema vigente, no descumprimento do que é de direito a todo indivíduo.

Minayo (1994) qualifica a violência como um fenômeno complexo, criado e desenvolvido em sociedade, multifatorial, em que ela divide em três esferas que se entrecruzam – “violência estrutural”, relacionada à naturalização da desigualdade, por meio da estruturação social; “violência de resistência”, associada às respostas dadas pelos grupos atingidos pela violência estrutural, em busca de justiça pela violência; e “violência de delinquência”, que diz respeito ao comportamento transgressor da lei.

O conceito de violência utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a qualifica como “o uso intencional da força física ou poder, por ameaça ou efetiva, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, em que ambos resultem ou tenham uma grande probabilidade de resultar em lesão,

morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação”<sup>1</sup>. Nesta situação, nota-se a violência como um problema de saúde pública, ultrapassando a esfera judiciária, pois é um órgão internacional da área da saúde que conceitua desse modo a violência. Assim, essa característica multifacetada da violência também aparece, mesmo que indiretamente, nessa definição. Entretanto, neste conceito, diferentemente de Minayo (1994) e Araújo (2002), percebe-se um direcionamento da violência restrita a uma ação física, não considerando como violência as desigualdades produzidas na sociedade (desigualdade econômica gerando uma desigualdade de oportunidades, por exemplo).

E dentro desse fenômeno complexo chamado violência, há uma ação marcante, repugnante socialmente, indistinta entre todos os agrupamentos humanos, independente das estratificações sociais concebidas (classe social, credo, escolaridade, etnia, opção sexual, faixa etária, etc.): a violência sexual (FRANÇA JUNIOR, 2003; RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004).

Mas, o que é a violência sexual? Antes que se pense em como definir esse fenômeno, diversas questões são levantadas. Uma delas é a de que as representações de um contato físico podem ter significados diferentes nas mais diversas culturas, sendo que uma manifestação considerada violenta em uma cultura pode não ser em outra (FRANÇA JÚNIOR, 2003).

Concomitante ao ponto anterior, a violência sexual também é uma produção humana (na medida em que ela é cultural), pois sua forma recente nem sempre foi essa. Basta olharmos para as mudanças realizadas em 2009 no Código Penal Brasileiro, que trouxeram outra visão sobre o crime de violência sexual (TORRES, 2011). Essa perspectiva é apresentada por Xavier Filha (2012), que entende que a violência sexual:

deve ser compreendida como produto de um sistema complexo de relações, historicamente construído e multifacetado, que envolve diferentes realidades de uma sociedade (familiar,

<sup>1</sup> “Violence is the intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, which either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment, or deprivation”.  
<http://www.who.int/topics/violence/en/>



social, econômica, ética, jurídica, política, etc.) situadas numa cultura e permeadas por valores e representações (p. 135).

Isto não significa que instrumentos como o Código Penal não são válidos, mas implica que seu uso está associado a um conhecimento temporário, efêmero, como mostra a própria história do Título VI do nosso Código Penal (referente aos Crimes contra a dignidade sexual<sup>2</sup>).

Pouco tempo atrás, casos de abuso sexual entre técnicos e atletas de base no meio esportivo surgiram tanto no exterior<sup>3</sup> quanto no Brasil<sup>4</sup>. E as situações de violência sexual apresentadas pelos entrevistados se deram em períodos antes da adultez. Por isso, serão utilizadas definições sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.

Habigzang e colaboradores (2005, p. 341) definiram abuso sexual contra crianças e adolescentes como “qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicossocial mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador”. Pfeiffer e Salvagni (2005, p. 198) definem a violência sexual como a situação em que

a criança, ou o adolescente, é usada para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, sendo a violência sempre presumida em menores de 14 anos.

França Junior (2003, p. 25), para os propósitos

de seu estudo, considera o abuso sexual na infância a utilização de crianças por adultos, familiares ou não, para a sua satisfação sexual e que pode tomar a forma de exposição (exibicionismo ou a visão de atos sexuais ou pornografia), molestações (toque de genitais) ou relações sexuais (oral, vaginal ou anal; com ou sem uso de força).

Ao observar estas conceituações, um leque de manifestações possíveis são apresentadas, muitas vezes passando despercebidas, por vezes até sendo socialmente aceitas, como veremos a seguir, nos resultados. Antes, a explicação do método utilizado na pesquisa.

## MÉTODO

Tem-se como objetivo analisar a percepção sobre violência em alunos de dois cursos de Educação Física, em especial a violência sexual, bem como de outras formas de ações violentas em diversos contextos. Justifico esse caminho pelos seguintes fatores: (1) o irrisório número de pesquisas sobre violência, inclusive a de caráter sexual, no campo de saber da Educação Física, principalmente no Brasil; (2) o surgimento, pelo menos em termos de mídia, de denúncias de abuso sexual na relação técnico-atleta, apresentando-o como um fato não distante do esporte, inclusive de rendimento<sup>5</sup>; (3) o alto nível de subnotificação dos casos de violência sexual no Brasil (FBSP, 2016) e as consequências biopsicossociais geradas pela violência (BRASIL, 2004); (4) e os alunos de Educação Física são estudantes mais propensos a realizar uma atividade física regular e a participar de contextos esportivos, em comparação com universitários de outros cursos, possibilitando, em tese, maior compreensão das interações

<sup>2</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De12848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm)

<sup>3</sup> Esses links trazem somente alguns dos casos que ganharam projeção midiática. Ver:

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/1004942-polemica-derruba-icone-do-futebol-americano-universitario.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/1013488-nova-acusacao-de-assedio-sexual-em-universidade-e-feita-nos-eua.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/784027-maior-potencia-da-natacao-eua-encaram-avalanche-de-denuncias-de-pedofilia.shtml>

<sup>4</sup> O caso de Joanna Maranhão foi o de maior proporção. A atleta brasileira foi abusada pelo seu treinador, que não foi penalizado por conta da prescrição do crime, gerando a Lei Joanna Maranhão, relacionada à prescrição de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes à partir da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos – Artigo 111, inciso V –, vigorada em 2012.

<sup>5</sup> Existem estudos sobre violência sexual dentro do contexto esportivo que mostram a sua prevalência sendo alta (BRACKENRIDGE; KIRBY, 1997; 1999; FASTING; BRACKENRIDGE; SUNDGOT-BORGEN, 2004).



presentes no campo das práticas corporais. A pesquisa foi realizada com 82 alunos do ensino superior, de uma faculdade pública e uma particular da Grande São Paulo, de ambos os sexos, dos cursos de Ciências da Atividade Física e Educação Física, respectivamente. Destes, 44 foram mulheres, 37 homens e uma pessoa preferiu não identificar o seu sexo. Os alunos eram, em sua maioria, de classe média. Todos os alunos que receberam o questionário colaboraram na pesquisa.

Os cuidados referentes à ética e segurança dos experimentos e dos indivíduos foram tomados de acordo com as exigências da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, exceto a subordinação do projeto a um Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Entretanto, a relação com os entrevistados e com a pesquisa seguiu os pressupostos éticos apresentados na Resolução:

III.1 – A eticidade da pesquisa implica em:

- a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados;
- d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (BRASIL, 2012)

Além de seguir os pressupostos acima cuidadosamente, a própria resolução entende que a postura ética é estrita responsabilidade do pesquisador e que a submissão de uma pesquisa ao CEP não interfere diretamente nesta responsabilidade:

XI.1 – A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais (BRASIL, 2012)

Foi pedida a autorização dos participantes para o estudo, assim como foi dada a garantia de que os dados seriam tratados de uma maneira sigilosa, além de deixá-los cientes dos riscos mínimos dessa entrevista, como possíveis lembranças negativas, decorrentes de eventos de alguma violência marcante.

O questionário foi construído usando como parâmetro algumas situações do instrumento WHOQOL (World Health Organization Quality of Life), mas principalmente variáveis apontadas na literatura de agressão sexual.

Primeiramente, foram feitas questões sobre os tipos de violência sofridos, inclusive aqueles associados à sexual. Foram incluídas questões sobre o contexto maior da violência sofrida, como pessoas envolvidas, locais, consequências (parou ou começou a praticar esportes depois de sofrer a violência), dentre outros aspectos.

Os tipos de violência avaliados foram: tapas, chutes e socos; mordidas; estupro; tentativa de estupro; exposição do corpo nu, da outra pessoa, com o intuito de atrair, sem consentimento; chantagem, limitação da autonomia, impedir de se mover; formas de agressão/opressão mais sutis, vindos de alguém de status superior (assédio moral); ameaça; “passada de mão”, “esfregada de corpo”, sem consentimento; insulto verbal; assalto, sequestro; e outros tipos.

Os agressores foram, primeiramente, classificados como homens ou mulheres e depois, deveriam ser classificados como: desconhecido; parente; amigo (a); namorado (a); chefe; professor de Educação Física; professor de outra área; colega de equipe; técnico esportivo.

Os locais das agressões presentes no questionário foram: área esportiva dos parques; área não-esportiva dos parques; clubes esportivos; área esportiva de escolas/faculdades; outras áreas de escolas/faculdades; praças (área esportiva); praças (área não-esportiva); “balada”; residência; rua; bar/lanchonete; trabalho; cinema/teatro; igreja; transporte público; hotel/motel; e outros lugares.

No questionário, foi usada a escala Likert em diversas variáveis: na percepção (nada grave=1; pouco grave=2; medianamente grave=3; grave=4; muito grave=5); na prevalência de violência (nunca=1; uma vez=2; duas vezes=3; três ou quatro vezes=4; várias



vezes=5); na identificação dos agressores e nos locais onde ocorreram as agressões (nunca=1; quase nunca=2; às vezes=3; quase sempre=4; sempre=5); se conhece alguém que sofreu alguma violência sexual (não=1; uma pessoa – pode ser você=2; duas pessoas=3; três ou quatro pessoas=4; mais de quatro pessoas=5).

Foram também acrescentadas questões sobre o nível de prática de práticas corporais (variando de 1 a 5 pontos: (1) – Eu não faço atividade física e não tenho intenção em começar; (2) – Eu não faço atividade física, mas estou pensando em começar; (3) – Eu faço atividade física, mas de forma irregular; (4) – Eu faço atividade física regularmente, mas iniciei nos últimos 6 meses; (5) – Eu faço atividade física regularmente há mais de 6 meses; outras questões sobre a percepção da própria saúde física e mental (muito satisfeito=1; satisfeito=2; nem satisfeito, nem insatisfeito=3; insatisfeito=4; muito insatisfeito=5) e sobre a expectativa de vida, através da questão: até que idade você acredita que irá viver?

Além disso, havia duas perguntas abertas: (1) descrever algum ato de violência que foi

marcante e (2) se este ato tinha influenciado sua relação com as práticas corporais.

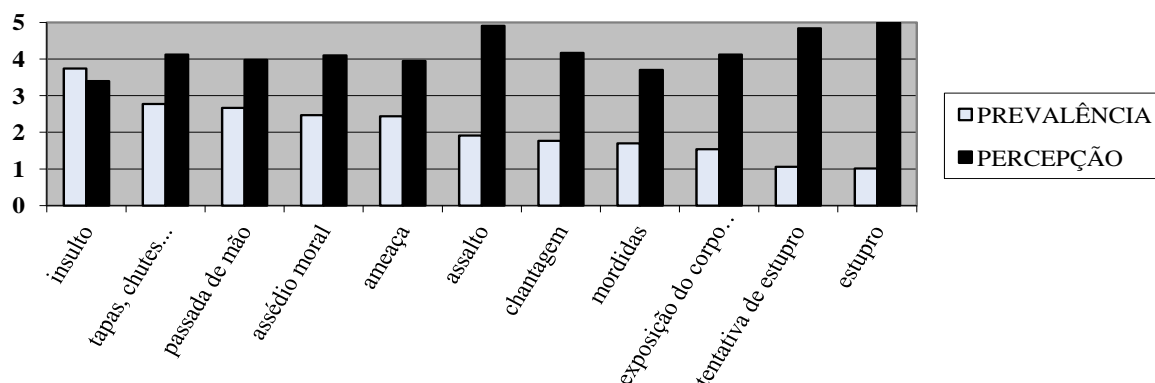
O questionário foi aplicado em três salas de aula, com a presença do professor. Não foi permitida fala entre os respondentes. Os entrevistados tinham a opção de devolver o questionário em branco, porém todos foram preenchidos.

Os dados foram analisados através do programa SPSS (Statistical Package for Social Scientists), para dados descritivos, correlações e diferenças entre grupos. Foram considerados significantes valores de p menores do que 0,05.

## DESENVOLVIMENTO

Os resultados demonstraram que a violência percebida com mais gravidade foi o estupro ( $M=4,99\pm0,11$ ), seguido do assalto ( $M=4,91\pm0,28$ ) e da tentativa de estupro ( $M=4,84\pm0,46$ ). Já a violência mais sofrida foi o insulto ( $M=3,74\pm1,65$ ), seguido de tapas e chutes ( $M=2,77\pm1,69$ ) e da passada de mão ( $M=2,67\pm1,57$ ). Na Figura 1, é feita uma comparação entre a percepção e a prevalência das ações violentas.

Figura 1 – Comparação entre percepção e prevalência de diversos tipos de violência.



Fonte: Construção do autor

Neste estudo, a maioria dos agressores foram homens (aproximadamente 65%) e conhecidos (aproximadamente 82%). Estes conhecidos incluíram algum parente ( $M=1,88\pm1,01$ ), amigos ( $M=1,84\pm0,96$ ,

namorado (a) ( $M=1,5\pm0,96$ ), chefe ( $M=1,77\pm1,13$ ), professor de Educação Física ( $M=1,27\pm0,70$ ), professor de outra área ( $M=1,53\pm0,99$ ), colega de equipe ( $M=1,79\pm1,08$ ) ou técnico esportivo ( $M=1,59\pm1,18$ ). Os locais



onde esses atos de violência ocorreram com maior frequência foram na rua ( $M=2,47\pm 1,31$ ), nas baladas ( $M=2,45\pm 1,35$ ) e nos meios de transporte ( $M=2,28\pm 1,26$ ). Nos locais relacionados à Educação Física (áreas esportivas em clubes, praças, instituições de ensino e parques) a média foi menor ( $M=1,58\pm 0,72$ ).

Em consonância com as definições de França Junior (2003), Habigzang e colaboradores (2005) e Pfeiffer e Salvagni (2005), considerou-se como violências de caráter sexual o estupro, a tentativa de estupro, a passada de mão e a exposição do corpo nu sem consentimento do outro. Foram criados índices – de percepção e prevalência de violência – que são a média de todos os atos de violência sugeridos no questionário, assim como um índice dos agressores, que refere-se à média de todos os agressores possíveis no questionário, excetuando o gênero.

Pelo teste t de Student, percebeu-se que as mulheres apresentaram uma média significativamente maior do que os homens na percepção de gravidade de ameaças, de

violências de caráter sexual e na percepção de passada de mão (Tabela 1). Entretanto, a prevalência de tapas e chutes, de assédio moral, de ameaças e também de violências em geral, excetuando os atos violentos de caráter sexual, foram maiores em homens do que em mulheres. Quatro mulheres e três homens sofreram tentativas de estupro ou estupros, não sendo encontradas diferenças significantes entre os gêneros. Os homens também obtiveram uma média superior às mulheres nos tipos de agressores e nos locais onde as violências ocorreram.

Na Tabela 2, pela Correlação de Pearson, verificou-se relação entre as pessoas que praticam alguma prática corporal sistematicamente e a percepção de menor gravidade de diversos atos violentos, como a passada de mão e as agressões de cunho sexual. Também se encontrou relação entre os praticantes e uma maior prevalência em vários tipos de agressões: tapas, ameaças, índice geral de violência.

**Tabela 1** – Teste t de Student entre gêneros: média e desvio-padrão da percepção e prevalência da violência

	Feminino	Masculino	Test-T, onde $t$ (df) = t; p
Percepção – ameaça*	4,14 ± 0,76	3,73 ± 0,90	t (79) = 2,19; p = 0,03
Percepção – passada de mão*	4,19 ± 0,85	3,78 ± 1,04	t (77) = 1,91; p = 0,05
Índice de Percepção das 4 agressões sexuais*	4,59 ± 0,38	4,37 ± 0,54	t (79) = 2,17; p = 0,03
Prevalência – tapas, chutes...*	2,37 ± 1,53	3,20 ± 1,76	t (76) = -2,22; p = 0,02
Prevalência – assédio moral**	2,05 ± 1,43	2,92 ± 1,64	t (78) = -2,53; p = 0,01
Prevalência – ameaça**	1,70 ± 1,27	3,28 ± 1,71	t (78) = -4,709; p = 0,00
Índice da Prevalência**	1,86 ± 0,64	2,36 ± 0,80	t (78) = -3,126; p = 0,00

Fonte: Construção do autor

**Tabela 2** – Correlação de Pearson entre práticas corporais, percepção e prevalência de violência (\* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ )

	Práticas Corporais
Chantagem (Percepção)	*-0,22
Ameaça (Percepção)	*-0,21
Passada de mão (Percepção)	** -0,33
Índice de Percepção de Violência	** -0,28
Índice de Percepção das 4 agressões sexuais	** -0,31
Tapas, chutes (Prevalência)	*0,24
Ameaça (Prevalência)	*0,25
Índice da Prevalência de Violência	*0,26

Fonte: Construção do autor



Na Tabela 3, há correlação negativa entre agressores próximos e a expectativa de vida da pessoa, ou seja, uma pessoa que estima viver menos também sofreu mais agressões de conhecidos. Adicionalmente, encontrou-se relação significativa entre insatisfação com a

saúde mental e agressor parente ( $r=0,27$ ;  $p=0,02$ ) ou chefe ( $r=0,27$ ;  $p=0,01$ ).

Houve também correlação entre a incidência de violência sexual e agressões que ocorreram dentro de casa ( $r=0,46$ ;  $p=0,00$ ) e por conhecidos ( $r=0,50$ ;  $p=0,00$ ).

**Tabela 3** – Correlação de Pearson entre expectativa de vida e violência (percepção e agressores) (\* $p<0,05$ ; \*\* $p<0,01$ )

	Expectativa de vida
Percepção – estupro	*0,23
Agressor – namorado	** -0,35
Agressor – chefe	* -0,23
Índice de Agressores	** -0,30

Fonte: Construção do autor

Tanto os homens quanto as mulheres que sofreram a violência sexual este fato ocorreu na infância ou na adolescência ( $n=7$ ). Foram somente quatro relatos curtos sobre a violência, nos espaços referentes às questões abertas. Abaixo, os relatos deixados:

Sexo feminino, sofreu a violência com 17 anos

“Com um namorado após uma briga, eu não queria fazer nada e acabamos brigando, onde ocorreram agressões físicas e agressões verbais, onde o mesmo acabou me violentando, conseguindo transar comigo. Eu tinha 17 anos”.

Sexo masculino, sofreu com 5 anos

“Tinha 5 anos e minha prima de 14 anos estava cuidando de mim, para minha mãe sair. Enquanto eu assistia TV, minha prima sentou em cima de mim e começou a me beijar e tirar minha roupa e a dela, mandando eu beijá-la também. Tentei desviar dos beijos, mas ela forçava, como eu era pequeno e ela era maior, não pude me defender”.

Sexo feminino, sofreu com 13 anos

“Tentativa de Estupro. Meu tio morava com minha família, ele tinha problemas com o álcool. Eu era ‘criança’ e a princípio achei que ele quisesse brincar, foi quando ele começou a passar a mão em mim e tentou me violentar. Avisei a minha mãe e minha avó, que também

morava em casa, elas queriam pegar ele no flagra, mas ele percebeu e graças a Deus nada aconteceu. Minha mãe brigou com ele, porém não o expulsou de casa e nem falou ao meu pai, pois se meu pai soubesse com certeza o mataria. Depois de um tempo, ele foi embora de casa por causa da bebida”.

Sexo feminino, sofreu com 12 anos

“Marcou pouco. Foi um parente, tentativa não de estupro, especificamente, mas um abuso com intenções de ver e sentir partes íntimas. Não aconteceu nada, pois eu acordei. Tive ajuda dos meus pais na ocasião, mas não houve denúncia. Acredito que o que pode ter causado era a idade. A puberdade incitou curiosidade no sexo oposto”.

Antes da discussão dos resultados, algumas limitações influenciaram o presente estudo, como o baixo número de respondentes que sofreram abuso sexual e nenhum deles se dispôs a falar mais (havia a opção de contato para abordar a situação com maiores detalhes). Devido à recusa dos respondentes em falar mais sobre o assunto, a falta de um dado qualitativo significativo para as perguntas do nosso problema pode ser acrescentada como outra limitação.

Como já apresentado, os tipos de violência percebidos com mais gravidade são o estupro, o assalto e a tentativa de estupro. Judicialmente e socialmente estes tipos de violência são considerados delitos graves. Por outro lado, os



tipos de violência mais sofridos (insulto, tapas / chutes e passada de mão) não são considerados judicialmente e socialmente tão graves, mesmo assim, são lembrados e influenciam a percepção da gravidade das violências de uma forma geral.

As mulheres apresentaram uma média de percepção de gravidade dos atos de violência sexual maior em relação aos homens, mas com a prevalência menor na violência geral (Tabela 1). Ou seja, os dados mostram que há uma aceitação maior do ato quando ele é mais constante, indo ao encontro a Polanczik e colaboradores (2003), que aborda a naturalização de um comportamento corriqueiro, mesmo que este seja caracterizado como violência. Retomando a Figura 1, exceto no insulto, onde a média de prevalência destaca-se das demais, em todas as outras formas de violência a percepção de gravidade foi maior que a prevalência.

O homem foi registrado como agressor na maioria dos casos de violência. Segundo Ribeiro Ferriani e Reis (2004), o ato de violência (não só a sexual) possui uma relação hierarquizada, do “domínio” do mais forte sobre o mais fraco. Na nossa sociedade, a mulher sofre discriminação em relação ao homem por conta de estruturas que permitem esse comportamento, assim como as crianças e os idosos (SAFFIOTI, 1987), sendo essa uma justificativa de homens serem os agressores mais frequentes. Porém, também foram encontrados casos de homens agredidos por outros homens (sendo que a orientação sexual de quem sofreu não se caracteriza como homoafetiva – no caso, haveria a caracterização de uma relação hierarquizada, na medida em que o homossexual é um “não-homem”). Em se tratando da violência sexual, ainda que o número de casos de violência contra o homem seja menor em relação às mulheres, existe um número alto de meninos sofrendo este tipo de violência nos mais diversos contextos (FRANÇA JUNIOR, 2003).

Em relação à violência sexual – estupro e tentativa de estupro – apesar do número de ocorrências pequeno na amostra (7 casos de 82 entrevistados), a baixa incidência não descaracteriza a gravidade naqueles poucos que a sofreram na infância ou na adolescência, assim como suas implicações psicológicas ao longo da vida. Nos estudos de Deslandes (1994) e Ribeiro,

Ferriani e Reis (2004), a maioria dos agressores de violência sexual era um conhecido da vítima, assim como em todos os casos relatados nesta pesquisa. Segundo Azevedo e Guerra (2001), quando uma criança ou adolescente sofre violência sexual, o agressor é conhecido em aproximadamente 85% dos casos.

Nas falas dos sujeitos 3 e 4, logo acima, ficou evidente que não houve denúncia, corroborando com grande parte da literatura sobre o tema, abordando a dificuldade de notificação nestes casos devido a um pacto de silêncio instituído, no sentido de proteger a respeitabilidade da família (DESLANDES, 1994; GUERRA, 1998; RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004). Já na descrição do sujeito 4, percebe-se uma tentativa de justificativa do ato; uma “cumplicidade” se estabelece, no sentido de amenizar a culpa do agressor.

Ainda em relação ao último dado, dos casos de violência sexual que apareceram na pesquisa com maiores detalhes, em três das quatro situações a violência ocorreu em casa. Foi encontrada também correlação negativa entre expectativa de vida e agressões de pessoas próximas e na própria casa. Assim como também foi encontrada correlação positiva entre insatisfação de saúde mental e agressões de pessoas próximas e da casa. Este dado corrobora com as afirmações de Amazarray e Koller (1998) e do Guia Escolar (BRASIL, 2004), onde crianças que sofreram abuso sexual por pais e/ou no lar têm os danos psicológicos advindos do abuso potencializado pelo agressor ser alguém conhecido, que gera apego, e de ocorrer no próprio lar, que deveria ser um lugar para se proteger das violências externas.

No que tange ao âmbito esportivo, agressões relacionadas às práticas corporais (tendo como agressores: colega de equipe, técnico esportivo, professor de Educação Física ocorreram, apesar de não serem as mais frequentes na amostra. Ao olhar a tabela 2, verifica-se uma percepção de gravidade baixa da violência entre as pessoas que praticam mais atividade física em relação às que praticam menos, enquanto que na prevalência de violência, o quadro se inverte. Assim, praticantes de alguma prática corporal de maneira regular tornam-se mais expostos à violência, conseqüentemente aceitando os atos violentos





com maior normalidade, repetindo o quadro de Polanczik et.al. (2003). Além dessa maior aceitação e, conseqüentemente, entendimento de um ato violento como “normal”, a possibilidade deste tornar-se ou ser um agressor aumenta, devido à inserção do hábito no contexto da pessoa (AMAZARRAY; KOLLER, 1998; POLANCZIK ET AL., 2003).

Assim, o âmbito esportivo mostrou-se um local reprodutor da violência, como em estudos feitos no exterior (BRACKENRIDGE; KIRBY, 1997; 1999; FASTING; BRACKENRIDGE; SUNDGOT-BORGEN, 2004), porém apresentando menor prevalência em relação a outros lugares, como rua, baladas e bares (apresentado acima). E não houve nenhum caso de violência sexual neste contexto.

Segundo Fasting, Brackenridge e Sundgot-Borgen (2004), as características da modalidade esportiva influenciam na prevalência de violências mais sérias como o assédio e o abuso sexual. Além disso, segundo Brackenridge e Kirby (1997), a idade onde existe um maior risco de abuso sexual varia conforme o gênero e tipo de esporte. Observa-se que nos contextos esportivos mais femininos (ginástica, por exemplo), a violência tende a acontecer mais cedo do que com os homens. Assim, diversos fatores associam-se e influenciam a violência dentro do esporte. Souza (1993) argumenta que a violência é dinamizada no espaço onde ela se situa. Logo, as características da modalidade e outros fatores podem influenciar para que códigos socialmente entendidos como violência fora da quadra, sejam entendidos, naquele espaço de jogo, como códigos aceitos.

Alguns estudos no exterior têm mostrado que o fenômeno da violência sexual no esporte vem sendo reportado desde a década de 90 (BRACKENRIDGE; KIRBY, 1997; BRACKENRIDGE; KIRBY, 1999; FASTING; BRACKENRIDGE; SUNDGOT-BORGEN, 2004). Como este tipo de violência tem uma característica velada e pouco discutida, torna-se necessário entendê-lo no contexto das práticas corporais (esportivas ou não-esportivas) no Brasil, assim como fazer uma comparação de sua prevalência com outros contextos (familiares, ruas, igrejas).

Esse cenário nos instiga a pensar nas intersecções entre as práticas corporais e a violência sexual e este estudo, dentro de suas limitações, tem isso como meta.

## CONCLUSÃO

Verificou-se que homens sofrem mais atos de violência em geral que as mulheres, enquanto estas os percebem com maior gravidade (POLANCZIK ET AL., 2003). Entretanto, apesar da pequena diferença, mulheres sofreram mais violência sexual (estupro e tentativa de estupro) (AMAZARRAY; KOLLER, 1998; POLANCZIK ET AL., 2003; RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004).

Levando o olhar à práticas corporais, encontra-se no âmbito esportivo um local reprodutor de violência (BRACKENRIDGE; KIRBY, 1997; 1999; FASTING; BRACKENRIDGE; SUNDGOT-BORGEN, 2004), mas com uma menor prevalência em relação a outros lugares. Ao mesmo tempo em que seus participantes – técnico, professor de Educação Física, colegas de equipe – também são reprodutores de violência, a incidência é menor do que com outras pessoas. Logo, como um espaço social qualquer, o âmbito das práticas corporais é reprodutor de violência, mas pelos dados do estudo, ele não pode ser caracterizado como um ambiente potencialmente violento.

Porém, a exposição corporal propiciada pela prática de atividades corporais gera um caso particular, onde se permite mais contatos e é preciso delimitar mais claramente os limites corporais permitidos nas regras dos jogos. Assim, o ambiente da Educação Física, pode ser visto como um espaço potencial para a invasão da liberdade do outro, que fora deste contexto não seria permitida. Fica a dúvida se as invasões corporais permitidas nas regras dos jogos extrapolam a quadra e tornam-se aceitas no cotidiano ou ela só é um espaço de catarse. Além disso, como a Educação Física ainda é um espaço mais masculino, pelo fato dos homens serem mais ativos fisicamente que as mulheres, a aceitação à violência pode ter sido influenciada pelo predomínio deste gênero.



As práticas corporais aparentam ser um ambiente paradoxal. Ao mesmo tempo em que o indivíduo pode estar exposto a diferentes formas de violências na prática, acabando por rever sua percepção de gravidade das mesmas, a prática corporal demonstra um potencial de empoderamento do corpo, superação de traumas

e depressão, assim como melhora na autoestima, sintomas presentes naqueles que se tornaram vítimas da violência. Entretanto para maiores conclusões, há a necessidade de se pesquisar sobre essa temática, tão pouco abordada em nossa área.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZZARRAY, Mayte Raia; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Revista de psicologia reflexão e crítica**, Porto Alegre, RS, v.11, n. 3, p. 546-555, 1998.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**, Maringá, PR, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002.

AZEVEDO, Maria Amélia de; GUERRA, Viviane. Nogueira de Azevedo. **Infância e violência doméstica: o castigo dos cacos quebrados: Módulo 1 A/B – 2 A/B.**, São Paulo: LACRI, 2001.

BRACKENRIDGE, Celia; KIRBY, Sandra. Protecting athletes from sexual abuse in sport: how theory can improve practice. In: R. Lidor & M. Bar-Eli (Eds.). **Sport pPsychology: linking theory and practice**. Morgantown, W.V.: Fitness Information Technology, 1999.

\_\_\_\_\_. Playing safe: Assessing the risk of sexual abuse to the elite child athletes. **International review for the sociology of sport**, London, Great Britain, v. 32, n. 4, p. 407-418, 1997.

BRASIL. **Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União. **Resolução nº 466 – de 12 de dezembro de 2012**. DOU de 13 de junho de 2013. Seção I, p. 59.

DESLANDES, Sueli Ferreira. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 177-187, 1994.

FASTING, Kari; BRACKENRIDGE, Celia; SUNDGOT-BORGEN, Jorunn. Prevalence of sexual harassment among norwegian female elite athletes in relation to sport type. **International review for the sociology of sport**, London, Great Britain, v. 39, n. 4, p. 373-386, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario\\_Site\\_27-01-2017-RETIFICADO.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf)> Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

FRANÇA JÚNIOR, Ivan. Abuso sexual na infância: compreensão a partir da epidemiologia e dos direitos humanos. **Interface – comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 23-38, 2003.



GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.

HABIGZANG, Luísa Fernanda e colaboradores. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 197-204, 2005.

POLANCZIK, Guilherme Vanoni e colaboradores. Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v. 37, n.1, p. 8-14, 2003.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 456-464, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 48-64, 1993.

TORRES, José Henrique Rodrigues. Dignidade sexual e proteção no sistema penal. **Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 7-10, 2011.

XAVIER FILHA, Constantina. Violência sexual contra crianças: ações e omissões nas/das instituições educativas. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gêneros e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, MS: UFMS, 2012.